Rees, Ray. *A Economia da empresa pública*. 1. ed. do orig. *Public enterprise economics*. Zahar, 1979. 250 p. Trad. da 1. ed. inglesa, 1976.

Quando o setor público passa a ser responsável por um terço das importações, dois terços da poupança financeira e quase igual parcela dos investimentos da economia brasileira, a discussão sobre a atuação do Estado como empresário não pode mais permanecer limitada aos aspectos políticos e ideológicos da questão.

A possibilidade e a necessidade do controle das empresas estatais — em um momento em que o próprio Governo parece incapaz de fazê-lo — é uma questão política, para cujo encaminhamento a sociedade brasileira deverá ser capaz de entender e manifestar-se sobre aspectos técnicos do problema. Nesse sentido, não deve ser negligenciada a contribuição que a teoria econômica pode dar ao debate ao introduzir parâmetros objetivos na análise do desempenho das empresas públicas.

No contexto apontado, avulta o interesse desta obra do Prof. Ray Rees na qual — sem abandonar o prisma privilegiado pela literatura de focalizar a empresa pública como expressão sociológica e política da ação estatal — o autor dedica-se a estender a análise ao enfoque econômico, abordando aspectos teóricos da determinação de preços neste tipo de empresa, além de questões como lucratividade, tributação e distribuição de renda.

Os objetivos que se espera sejam alcançados pela empresa pública, o conflito entre eles e as sugestões de como a análise econômica pode contribuir para o controle das empresas estatais constituem a preocupação dos primeiros capítulos.

A opção do autor de enfatizar o caráter normativo da empresa pública, em uma visão européia que se contrapõe ao enfoque "positivo" norte-americano — no qual a corporação estatal é vista como produtora de serviços de utilidade pública, com metas próprias e restrições externas — constitui obstáculo à aproximação da análise empreendida à realidade concreta brasileira, onde as empresas públicas atuam com autonomia que as aproxima do modelo americano.

Outra premissa relevante no trabalho de Rees é a do papel que a descentralização representa no processo de controle das empresas públicas. O autor indica que a atuação do economista deve estar voltada para a procura de procedimentos descentralizados, para a busca de objetivos conflitantes com um mínimo custo de controle. Na verdade, ao colocar no centro da discussão a descentralização de controle, de modo tão amplo que permitisse às empresas públicas a determinação de seus próprios preços, de acordo com regras gerais, Rees remete a questão à discussão de políticas públicas.

O livro aborda a empresa estatal como instrumento da política governamental e discute como o controle pode garantir que os tomadores de decisão ajam em consonância com uma escala de preferências definida a nível social e que atenda ao "interesse nacional". Quanto a este, Rees destaca quatro de seus predicados ligados à empresa pública: a eficiência econômica de sua operação, vista sob os aspectos administrativo, tecnológico e alocativo; a lucratividade como elemento que propicia a independência financeira da independência estatal em relação ao Tesouro Nacional; a função dessas empresas na distribuição de renda e os efeitos macroeconômicos dessa modalidade de ação estatal, particularmente em relação a preços, salários e balanço de pagamentos.

Ao enfatizar o problema de controle, o autor fixa-se na estrutura político-institucional da Inglaterra e — nesse aspecto — as colocações carecem de adaptações para transposição à nossa realidade, revestindo-se, porém, de valor ilustrativo das proposições.

A segunda parte da obra desenvolve temas relacionados à economia da empresa pública. Nesse sentido, o livro abarca a problemática da determinação de preços e investimentos em diferentes situações alternativas denominadas "segundas melhores" (*second best*) economias.

Ainda no campo teórico, Rees apresenta modelos que incorporam a tributação e objetivos de distribuição de renda à formulação de políticas de determinação de preços na empresa pública. Finalmente, tais políticas e questões relativas à capacidade produtiva são analisadas em condições de incerteza.

Uma oportuna introdução teórica é representada pela apresentação de algumas das idéias básicas da economia do bem-estar, particularmente daquelas que geram conseqüências relevantes para as políticas das empresas públicas. Complementam esta exposição proposições de classificação de uma escala de situações alternativas abertas à economia ("primeira melhor" e segunda melhor" situações).

A análise — partindo de algumas colocações gerais da economia do bem-estar explicitadas ao nível da economia como um todo, ou seja, ao nível de equilíbrio geral — é estendida para condições de equilíbrio parcial. A abordagem é voltada, nesse contexto, para alguns problemas resultantes da tentativa de aplicar princípios de custo marginal às políticas de preços das empresas públicas.

Objeções advindas da teoria do segundo melhor — decorrentes da não-correspondência entre a primeira melhor economia e o mundo real — são discutidas no capítulo em que Rees prossegue na análise das críticas ao emprego do custo marginal na determinação de preços.

A teoria desenvolvida até este ponto da obra é voltada para a eficiência alocativa e pressupõe que o formulador de políticas seja indiferente em relação à distribuição de renda — ou seja, capaz de obter qualquer distribuição desejada pela transferência de montantes fixos, sem modificar as condições marginais — assim como em relação ao lucro, pela possibilidade de financiar quaisquer déficits, via impostos, ou repassar quaisquer superávits. Outra suposição implícita é a da eficiência tecnológica, considerada sempre presente na produção da empresa pública. Na verdade, a impossibilidade prática de se garantir a realização de tais pressupostos leva o autor a completar a tentativa de formular políticas descentralizadas de preços e investimentos pela introdução de objetivos de lucratividade, distribuição de renda e eficiência tecnológica. Rees analisa como definir políticas que atendam a essas preocupações com uma perda mínima de eficiência econômica e discute como operacionalizar tais políticas em combinações com as segundas melhores regras obtidas no desenvolvimento dos tópicos precedentes.

A obra dedica-se, ainda, a abordar a teoria do custo de capital da empresa pública — fundamental para a avaliação de investimentos — e a estudar a determinação de preços e investimento em condições de incerteza, tanto de demanda, quanto de custo dos bens produzidos, concluindo por apresentar um modelo que trata simultaneamente de política de preços e da política de investimentos.

Em que pese ser uma obra destinada a economistas e estudantes de economia — um bom entendimento da teoria econômica é o principal pré-requisito apontado pelo autor para a compreensão do livro — *A Economia da empresa pública* constitui, particularmente pelo seu caráter teórico, uma oportuna contribuição ao debate que se trava sobre os reflexos em nossa economia da atuação das empresas públicas.

Henrique Fingermann

(Trabalho elaborado sob a orientação acadêmica do Prof. Eurico Korff.)

[1] A expressão "segunda melhor" — definida em contraposição a "primeira melhor economia" — aplica-se a uma situação em que pelo menos uma das suposições que definem esta última é violada.

Lopes, Joao do Carmo & Rossetti, José Paschoal. *Moeda e bancos*. São Paulo, Atlas, 1980. 326 p.

Este livro tem um objetivo bastante específico: pretende preencher a falha na literatura econômica brasileira no tocante a livros-textos introdutórios sobre economia monetária. Ele consta dos capítulos que se seguem:

No capítulo 1 os autores discutem as funções da moeda nas economias modernas, bem como discorrem sobre sua evolução histórica, desde a forma de mercadoria até a bancária.

No capítulo 2 são apresentadas as diversas teorias da demanda de moeda, numa ordem, dentro do possível, cronológica. São expostas a versão clássica, keynesiana (com destaque para a contribuição de Tobin), o modelo de Baumol e a abordagem neo-quantitativista, ao mesmo tempo em que são apontadas as diferenças entre tais teorias. Concluem o capítulo mostrando as dificuldades inerentes à determinação empírica da função de demanda monetária.

O capítulo 3 aborda a oferta monetária. Supõem os autores ser esta uma variável exógena e, como tal, sob controle das autoridades monetárias. São feitos estudos comparativos entre a moeda e outros ativos financeiros, seguindo-se a exposição detalhada de como se dá a criação de moeda pelos